

A DISCUSSÃO TEÓRICO- METODOLÓGICA NOS MARXISTAS ACADÊMICOS DO GRUPO D' *O CAPITAL*

*LUIZ FERNANDO DA SILVA **

Este artigo realiza uma incursão pelas premissas teórico-metodológicas que nortearam os intelectuais do antigo grupo d' *O Capital*, que surgiu em 1958 e era constituído por acadêmicos uspianos. A afirmação central sustentada aqui é a de que, a partir daquela época, se configurou, enquanto projeto coletivo, uma vertente marxista acadêmica no cenário nacional. Essa vertente encaixa-se no que Anderson (1984) descreve como marxismo ocidental, principalmente no distanciamento ocorrido entre teoria e prática política, na aproximação da abordagem marxista a diversas concepções filosóficas, e em sua redução gradativa ao espaço acadêmico.

Os intelectuais paulistas do grupo d' *O Capital*, embora dentro dessa tendência no marxismo ocidental, diferenciaram-se, basicamente, em relação à pauta de discussão e pesquisa, em que estiveram envolvidos na década de 1960. A pauta discorreu sobre o capitalismo no país e as mudanças sociais em curso. Longe de ficarem em uma perspectiva unicamente teórica, os sociólogos desse grupo desenvolveram estudos concretos da realidade nacional graças, principalmente, ao Centro de Estudos de Sociologia da Indústria e do Trabalho (CESIT), coordenado por Florestan Fernandes e ligado à Cadeira I de Sociologia da USP.

Ao enfatizar os aspectos metodológicos, este trabalho procura salientar que é justamente aí que reside a peculiaridade dos marxistas acadêmicos brasileiros. O confronto que eles travaram com o método estrutural-funcionalista, de onde saíam as principais análises sobre desenvolvimento, industrialização e mudanças sociais, baseou-se na necessidade da compreensão do capitalismo no Brasil, por uma angulação marxista. Por essa razão, o artigo aborda vários tópicos, desde a constituição do que consideramos ser o paradigma desses marxistas acadêmicos, até os impasses e o deslocamento ocorrido nesse paradigma, já na década de 1970. Utilizamos, para isso, as principais obras de Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Francisco C. Weffort, José Arthur Giannotti e Paul Singer. Embora o grupo d' *O Capital* não tenha se limitado a *esses* intelectuais, certamente eles tiveram um poder maior de influenciar o debate teórico, realizado entre as décadas de 1960 e 1980

1. O PROJETO VEM A PÚBLICO

O artigo "Notas para uma análise metodológica de *O Capital*", assinado pelo filósofo José Arthur Giannotti¹ e publicado na revista *Brasiliense* (1960), foi o primeiro comunicado público de que um grupo de

* Doutorando em Sociologia - UNESP - Araraquara. Professor do Depto. de Ciências Humanas - FAAC - UNESP - Bauru.

intelectuais acadêmicos realizava um estudo sistemático sobre a obra principal de Karl Marx, desde 1958. O estudo coletivo e interdisciplinar justificava-se em decorrência da ampliação das ciências humanas, porque, dificilmente, cada pessoa seria capaz de dominar sozinho, de uma forma crítica, todos os terrenos explorados por Marx.

Tendo isso em vista é que nos reunimos num grupo heterogêneo, que nos permitisse caminhar com certa segurança no interior dessas ciências, mas que nos custou horas a fio de irritantes discussões a fim de chegarmos a um vocabulário comum. Entretanto agora, depois de mais de um ano de seminários quinzenais, todos sentimos que estamos adotando uma nova maneira de compreender Marx e os problemas de nossa sociedade estudados por esse autor, o que sem dúvida deverá produzir seus frutos. (Giannotti, 1960, p.60)

Os parâmetros acadêmicos, nesse comunicado, estão muito bem delineados: Marx dentro das ciências humanas. Essa "nova maneira de compreender Marx" seria em relação a que "velha" maneira? "Nova" em relação ao marxismo oficial adotado pela maioria dos partidos comunistas; "nova" por estar longe da relação teoria/prática; "nova", pois se inseria na universidade. Essa "nova maneira de compreender Marx", sem dúvida, produziu seus frutos e uma tradição acadêmica marcante nas ciências sociais, no Brasil. Enquanto os marxistas comunistas evidenciavam a relação teoria/prática, o mais importante para os acadêmicos paulistas era Marx dentro dos quadros científicos, basicamente dentro das ciências sociais. Por outro ângulo, o filósofo Giannotti criticava a "positivização do pensamento", ocorrida em todas as áreas do conhecimento. A concepção positivista, baseada na lei natural, nada diria da realidade concreta por baixo das aparências. Para essa concepção, qualquer proposta que ultrapassasse seus limites seria tachada de extracientífica. O ponto de vista dialético colocava-se frontalmente contra essa concepção positivista.

A preocupação inicial do grupo d' *O Capital* foi considerar os procedimentos metodológicos em Marx, através de sua obra principal, basicamente procurando apreender essa obra através da lógica hegeliana. Nesse sentido, atêm-se ao ponto de partida da totalidade, mas considerando o modo de produção capitalista, a mercadoria, o valor de uso e valor de troca, o trabalho concreto e abstrato.

Esses intelectuais moviam-se longe do terreno stalinista (infra-estrutura versus superestrutura) e por dentro de uma base teórica anterior. *O Capital* fora lido, como observa Cardoso (1977, p. 13), "depois de muito Weber, Descartes, Durkheim, Dilthey, Mannheim, Husserl, alguma antropologia, história e economia". Mais do que isso, a obra principal de Marx foi estudada não por um ardor juvenil revolucionário, mas em decorrência da necessidade acadêmica (profissional) de construir um arsenal teórico para compreender a industrialização e as mudanças sociais em curso, principalmente em São Paulo.

As pesquisas coletivas sobre industrialização, realizadas no CESIT (Centro de Estudos de Sociologia da Indústria e do Trabalho), centro coordenado por Florestan Fernandes e vinculado à Cadeira I de Sociologia da USP, foram importantes na configuração teórica desses marxistas acadêmicos. A abordagem dialética foi discutida anteriormente a esse centro de pesquisa, através do seminário d' *O Capital*. Dessa maneira, antes mesmo do golpe militar de 1964, já era possível um questionamento profundo da perspectiva nacional-desenvolvimentista, formulada principalmente pela corrente isebiana e pelos comunistas.

Esse marxismo acadêmico, no entanto, seguindo uma tradição própria no "marxismo ocidental", foi atravessado por diversas linhas interpretativas, como a sociologia compreensiva. Daí a tentativa de relacionar

categorias marxistas (modo de produção, classes sociais, força de trabalho, consciência de classe) ao referencial conceitual weberiano (ação social, conexão de sentido, racionalização, etc). Em outras palavras, tentou-se uma abordagem analítica dos fenômenos sociais, tendo como parâmetro um referencial histórico-estrutural, ao lado de uma referência sobre a subjetividade (consciência social). Como ilustração, podemos citar a introdução de "Escravidão meridional" e "Empresário industrial e desenvolvimento econômico", de Fernando Henrique Cardoso; e "Estado e planejamento no Brasil", de Octávio Ianni.

A afirmação do método de análise dialético e a sua detalhada exposição tornaram-se uma marca registrada dos marxistas acadêmicos. A intenção era fincar as bases do paradigma marxista, contrapondo-o à hegemonia do método funcionalista e estruturalista, nas ciências sociais dos anos 50 e 60. Logo depois, o ataque dirige-se ao althusserianismo que entrava no país, através de um "marxismo estruturalista", que negligenciava os sujeitos, a história e as conjunturas, aliás com o mesmo eixo de críticas que aqueles intelectuais realizaram ao funcionalismo.

2. MARX, HEGEL, LUKÁCS, WEBER...

As classes sociais (burguesia e proletariado) foram apresentadas destituídas de uma consciência de seu papel histórico. Na melhor interpretação lukacsiana, adotada pelos acadêmicos marxistas, as categorias "consciência de classe", "falsa consciência", "consciência possível", eram importante para a interpretação do comportamento operário, em meio à industrialização que ocorria no país, como também para a análise da mentalidade do empresariado. Dentro da perspectiva marxista dos intelectuais, essas categorias foram importantes para trabalharem-se mediações entre estrutura e sujeito, visto que procuravam deslocar suas

análises do economicismo, embora, assim mesmo, considerassem as classes sociais do país presas aos condicionamentos existentes ao tipo de industrialização, marcada basicamente pelo "subdesenvolvimento". No nosso entender, tal enfoque sobre as classes sociais impossibilitou que os "marxistas acadêmicos" ultrapassassem o nível da exterioridade dessas classes, entrando em seu universo cotidiano, sócio-cultural, etc.

Esse momento da reflexão do grupo d' *O Capital*, em suas principais linhas, é verificado em um núcleo de reflexões desenvolvido por Giannotti, através da *Origem da dialética do trabalho* (1966). Essa obra vai problematizar a possibilidade da utilização do método de análise dialético, separando-o do sistema hegeliano, basicamente de sua "estrutura ternária" - universal-particular-singular. Como seria possível pensar uma investigação dialética independente desses pressupostos de Hegel? Essa separação equivaleria a retroceder a uma contraposição entre o método e a ontologia, o que implicaria que tal inversão dialética não se faria sem uma completa reforma de seu próprio significado. Para tal propósito, o autor estudou a possibilidade dessa inversão, a partir da dialética de Feuerbach e do "jovem" Marx, uma vez que ambos originaram uma primeira versão do materialismo dialético. Dentro dessa angulação, Giannotti verifica principalmente os termos da "ruptura" entre Marx e Feuerbach e, logo a seguir, uma certa comparação entre o que define como o "jovem" Marx e o Marx da maturidade, lembrando muito a distinção epistemológica realizada por Althusser. Marx teria superado o hegelianismo, na medida em que penetrou na própria análise da mercadoria e nos termos da economia política, mas não o teria abandonado por completo.

O fundamento se desloca da relação sujeito-objeto para uma objetividade-sujeito: a mercadoria. Na sociedade capitalista, industrial por excelência, a atividade do indivíduo se define e se estrutura no

contexto abstrato postulado pela troca. A análise passa a mover-se em diferentes níveis de abstração nitidamente demarcados. Recuperam-se as hipóteses da economia política, como a demanda efetiva e a troca por equivalentes. O concreto é constituído pela trama das determinações essenciais. Reaparece a distinção entre a construção categorial e o nascimento histórico. Os contraditórios passam a anular-se ao mesmo tempo. Mas as definições hegelianas ligadas ao processo de exteriorização do indivíduo são expressamente ridicularizadas. Tudo indica que penetramos num novo universo de discurso. (Giannotti, 1966, p. 258-9)

Na medida em que progredira suas análises, Marx deixara de lado as questões metodológicas. Nunca porém as abandonou por completo, pois anuncia seu intento de escrever um trabalho em que examinaria o "núcleo racional da dialética hegeliana". Como tal projeto nunca foi levado a cabo, terminou ficando sem resposta uma série de questões fundamentais: 1) a superação das determinações contraditórias; 2) o esquema de temporalidade e as relações entre a análise categorial e a história; 3) a completude e a continuidade do movimento dialético; 4) a dialética da natureza.

Essa linha de reflexão de Giannotti, remetendo ao Marx da "maturidade" uma ruptura com o hegelianismo, não significou um descarte de Hegel, que ainda se manteve no filósofo brasileiro, mesmo porque ainda ficaram muitas questões pendentes da lógica hegeliana em Marx. A reflexão de Giannotti veio ao encontro da necessidade dos sociólogos do grupo, que buscavam consolidar um campo de análise em torno do desenvolvimento capitalista no país, embora essas análises não estivessem preocupadas centralmente com a acumulação primitiva de capital ou com a produção da mais-valia nas condições específicas brasileiras, como ocorreu com o "Marx da maturidade". De outro modo, entretanto, por dentro da perspectiva histórico-estrutural, moveu-se uma dialética marxista-hegeliana, baseada nas

categorias de totalidade, contradição, negação da negação, etc, como também nas de classes sociais, consciência, modo de produção.

Embora preocupado com uma abordagem histórico-concreta, Weffort (1965) ressalta que a descrição de "conexões de sentido" concebe o fenômeno em estudo fora de uma totalidade. Esse caráter a-histórico, como observa o autor, não permitia uma análise dinâmica do fenômeno (no caso, o populismo), pois "não temos todos os elementos necessários para elucidar sua função e significação no processo histórico brasileiro". Os tipos construídos teriam a utilidade principal de verificar certas "conexões de sentido", permitindo a intelegibilidade das manifestações históricas e particulares dos fenômenos estudados. A descrição de "conexões de sentido", concebendo o fenômeno fora da "totalidade histórico-concreta" da análise, entretanto, realiza-se como momento dessa totalidade: "nossa análise de sentido se abre para um conhecimento totalizante, pois supõe a vigência de uma totalidade como seu horizonte" (1965, p.40).

3. O ESTRUTURAL-FUNCIONALISMO E A PERSPECTIVA DIALÉTICA

O corte epistemológico estabelecido, no final da década de 1950 e início de 1960, confronta-se com o método estrutural-funcionalista, até então predominante nas ciências sociais brasileiras. A base metodológica, sobre a qual Cardoso, Giannotti e Ianni armaram sua discussão, consistia na disposição de evidenciar o caráter ontológico, em uma perspectiva histórico-estrutural, permitindo-lhes apreender aspectos conjunturais, movimentos sociais e perspectiva de mudança. O corte epistemológico, com base na obra principal de Marx, portanto, é a referência principal para localizarmos a elaboração teórica desses intelectuais.

O método estrutural-funcionalista procurava apreender os elementos básicos da sociedade, abstraída do tempo e espaço; dessa maneira, a idéia de conflito não podia ser efetivamente formulada. O "sistema", uma vez constituído, não só seria estável como intrinsecamente harmonioso ou, como bem afirma Mills (1965), a "eliminação mágica do conflito e a incrível realização da harmonia eliminam dessa teoria 'sistemática' e 'geral' a possibilidade de lidar com a mudança e a história". Em última análise, esse pensamento sociológico fundar-se-ia em uma cultura, na qual pensar as relações sociais excluía a reflexão sobre o antagonismo social, tornando os antagonismos elementos exógenos ao sistema social.

A sociologia do desenvolvimento foi o campo em que mais se impregnou o método estrutural-funcionalista. Entre os muitos traços dessa sociologia, três podem ser ressaltados. O primeiro é o método dos índices, que construía em um tipo ideal as características gerais da economia desenvolvida, por um lado, e, por outro, os traços essenciais da economia subdesenvolvida. O segundo refere-se à "perspectiva de aculturação do processo de desenvolvimento" Através da "difusão" de conhecimentos, especializações, organização, valores e capital para uma nação pobre, seria possível dinamizar o seu progresso. O terceiro é a "análise processual", que se preocupava em apreender o processo de mudança dos "subdesenvolvidos" para os "desenvolvidos", a partir dos itens anteriormente assinalados. Com esses parâmetros, era verificado o grau de desenvolvimento de uma sociedade, sendo que o espelho analítico eram os países capitalistas avançados, e tomando suas experiências de desenvolvimento como referência.

As pesquisas, por essa razão, caracterizavam-se basicamente por investigações descritivas sobre a estrutura social (estratificação, mobilidade, processos

de industrialização e urbanização), sobre aspectos como educação e migração, ou então, sobre atitude e opiniões que caracterizassem os aspectos favoráveis ou desfavoráveis às mudanças.

Essa maneira de focar a problemática do desenvolvimento estava centralmente colocada pelo Centro de Estudos Para a América Latina (CEPAL), como também por instituições como a Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais (FLACSO) e o Instituto Latinoamericano de Pesquisas e Estudos Sociais (ILPES). A análise cepalina influenciou a maneira de pensar dos economistas e sociólogos brasileiros, nos anos 50 e 60. Longe de ser uma abordagem descolada da realidade social, eram os primeiros estudos que, concretamente, se ligavam ao reconhecimento da América Latina. Por essa razão, a abordagem estrutural-funcionalista influenciava sobremaneira o pensamento social brasileiro².

No diálogo com as ciências sociais, os marxistas acadêmicos redefinem o conceito de estrutura, tal como se encontra em autores como Radcliffe-Brown, Talcott Parsons, Gurvitch, entre outros. Para os intelectuais paulistas, o método dialético possibilitava a apreensão histórico-estrutural das sociedades, pois seria uma "reflexão científica" (Ianni, 1962) de agentes, fatores e condições da ação humana. Ianni afirma o seguinte:

A análise dialética permite explicar as múltiplas manifestações da consciência social das diversas camadas de um sistema estratificado, bem como as suas expressões grupais ou individuais, em termos do modo pelo qual as pessoas estão inseridas no sistema e conforme concebem-se a si mesmas e atuam socialmente. (Ianni, 1962, p.20)

A estrutura seria uma categoria histórica, ou seja, uma entidade criada pelos homens e produzindo-os reciprocamente. Ela possuiria uma dinâmica interna própria, que a preservava e a modificava, segundo as

transformações ocorridas nas formas sociais de utilização do trabalho e dos tipos de contradições, geradas pelas alterações em seus componentes, isolados em suas relações. A crítica realizada ao estruturalismo e ao funcionalismo residia em sua impossibilidade de apreender o momento, as conexões que seriam articuladas com o singular: nem movimento, nem contradição, nem historicidade existiriam. Como ressaltava Cardoso (1977), caberia diferenciar o conceito de totalidade na dialética, em relação principalmente ao funcionalismo, pois ele buscava o "equilíbrio" e as "funções".

Conceitos como "sociedade arcaica" versus "sociedade moderna", "dois Brasis", "sociedade aberta" versus "sociedade fechada", entre outros, para os marxistas acadêmicos, revelariam um entendimento mecanicista e a-histórico da realidade nacional. Essa visão dualista seria descritiva e abstrata, pois não se apoiava na análise de continuidade e articulação do sistema, mas apenas na afirmação de suas desigualdades. Dessa maneira, apresentavam apenas uma face da realidade, mesmo assim em sua superfície, apanhando a existência do problema, sem que o diagnóstico rearticulasse a teia de significações que reproduzem a realidade em toda a sua riqueza.

Ao seccionar o sistema arcaico e moderno, agrário e industrial, interno e externo ou fechado e aberto, essa concepção atribui à realidade as categorias abstratas e subjetivas que fundam a oposição entre o bem e o mal. Como se o bem e o mal não fossem apenas momentos de uma continuidade, nem o produto da atividade dos mesmos homens. Há um maniqueísmo na base da teoria dualista, o que a coloca distante de um entendimento do tipo dialético, como querem alguns autores que se filiam a essa corrente. Nela, os processos históricos se tornam rígidos. Não foi a sociedade "fechada" que produziu a revolução soviética ou a revolução comunista na China, (Ianni, 1965, p.82)

As análises da passagem das sociedades agrárias tradicionais para as sociedades

modernas realizavam-se em torno de um enfoque eminentemente econômico, relegando as condições sociais do desenvolvimento. Quando muito, verificavam as forças sociais que desencadeariam os processos de industrialização, minimizando a importância da "estrutura do sistema produtivo". Duas maneiras de análise intercalavam-se na análise da mudança social: como resultado de "fatores econômicos", que se abstraía das modificações ocorridas nas relações entre os homens e seus projetos políticos; ou então, como resultado da interferência de um conjunto de homens, que exerceriam o papel de elites dirigentes. Em *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil* (1964), Cardoso realiza as seguintes observações:

é preciso considerar que a representação do "processo de desenvolvimento" como o resultado de um "jogo de variáveis" é, em si mesma, abstrata. Com efeito, a "ação que se modifica" deve ser reintegrada na "estrutura" que está sendo modificada. Entendido sociologicamente, o desenvolvimento como a transformação de um tipo de estrutura (no sentido mais amplo: não só intensificação da divisão do trabalho, da especialização das profissões e da utilização de tecnologia científica, mas também a formação conseqüente de novas camadas sociais, a redistribuição do poder e a transformação de instituições e representações sociais que garantiam a antiga ordem) noutro tipo de estrutura econômico-social, a dinâmica do desenvolvimento deve ser vista em termos de um "movimento social". Na "passagem" da situação de subdesenvolvimento para uma situação "em desenvolvimento" a resistência e os impulsos não são "fatores" mas "interesses" e "oposições" sociais. (Cardoso, 1972, p.75-6)

Nessa abordagem, existia uma clara tensão entre a estrutura sendo modificada e os sujeitos (indivíduos, grupos e classes sociais) com interesses e objetivos sociais diversos. Entre um momento e outro da história de uma sociedade, alterava-se a posição da sociedade particular no conjunto das sociedades,

modificando-se internamente a posição das diferentes camadas sociais. Em estudos posteriores, Cardoso continuou atacando a concepção sobre sociedades tradicionais e sociedades modernas.

Os conceitos de "tradicional" e "moderno" não conseguiriam apreender as distintas situações sociais, seus componentes estruturais e as condições de seu funcionamento, nem mesmo estabelecer "nexos inteligíveis" entre as etapas econômicas e os diferentes tipos de estrutura social, que pressupõem as sociedades tradicionais e modernas. Ainda que fosse possível apreender características desses tipos de sociedades, em suas diferentes fases do processo de desenvolvimento, ainda assim, seria impossível explicar a "transição" de uma para outra sociedade, pois as mudanças sociais não se limitavam ao processo acumulativo de "novas variáveis", mas implicaria, isto sim, "um processo de relações entre os grupos, forças e classes sociais, através do qual alguns desses componentes tentam impor, ao conjunto da sociedade, a forma de dominação que lhes é própria" (Cardoso, 1970, p.22).

Esse enfoque desenvolvimentista, como também foi criticado por Singer (1968), surgiu como uma aplicação da macroeconomia, com inspiração em Keynes, para os países subdesenvolvidos. Elaborada sob as tensões dos anos 30, desenvolvera a contabilidade nacional e internacional, além do próprio conceito de "subdesenvolvimento". A partir dos anos quarenta, quando começou a ser elaborada nos meios acadêmicos do mundo capitalista, tal enfoque desenvolvimentista procurava refutar a teoria marxista e encontrar meios, pelos quais os países capitalistas industrializados pudessem "ajudar" os países "atrasados" a encontrarem o caminho da industrialização. Mas ao tentar essa proeza, essa teoria fixava-se na história dos países industrializados.

Assimilou-se, portanto, o processo de desenvolvimento ao da revolução industrial sofrido pelos países da Europa central e ocidental, da América do Norte, etc. A teoria do desenvolvimento, assim construída, acabou identificando a relativa escassez de capital como a causa principal do subdesenvolvimento, concentrando seus esforços na procura de meios para incrementar a taxa de poupança dos países "pobres", para ampliar os canais do comércio de artigos coloniais e para intensificar o movimento de capitais do centro para a periferia do mundo capitalista. (Singer, 1968, p. 7)

A problemática principal encontrava-se em propor um outro tipo de enfoque e interpretação sobre as mudanças sociais, a industrialização e o desenvolvimento capitalista no país. Em outras palavras, era proposta uma outra abordagem na sociologia e na economia, que visualizasse as peculiaridades de países em "situação de subdesenvolvimento". Essa foi uma das contribuições principais dos intelectuais paulistas, ocorrida graças à ótica marxista que adotaram. Por outro lado, essa preocupação terminou por secundarizar outros ângulos da teoria marxista.

Embora realizasse uma reflexão sobre a constituição das classes sociais, principalmente burguesia e proletariado, não existia uma preocupação de articular tal análise com as crises e possibilidades revolucionárias, como seria de esperar em uma ótica marxista militante. A investigação da expansão capitalista sobre países com economias pré-capitalistas, ao exemplo de Lenin (Rússia) e Luxemburgo (Polônia), foi realizada desde o início deste século. Mas essa investigação desenvolveu suas análises, procurando apreender os pontos de estrangulamento e o processo de acumulação e centralização daqueles países, ao lado principalmente da preocupação da organização política do proletariado. Essa não foi uma preocupação predominante no horizonte analítico dos intelectuais paulistas

Ao fazermos essa observação, não se pretende desmerecer a análise dos marxistas acadêmicos, e sim enfatizar a especificidade desses intelectuais. De outro lado, sabemos perfeitamente que a configuração do início do século, naqueles países, em nada se aproximava do caso brasileiro e latino-americano.

4. OS ACADÊMICOS MINEIROS CRITICAM O MARXISMO ACADÊMICO

A postura dos paulistas foi acolhida, no meio acadêmico de então, com sérias reservas, que colocavam em dúvida a potencialidade do método de interpretação dialético, na pesquisa sociológica. Não era para menos, uma vez que criticavam o método estrutural funcionalista e a perspectiva nacional-desenvolvimentista. A crítica teórico-metodológica principal tinha, como eixo, a indagação sobre o que seria ciência e qual seu estatuto. Bolívar Lamounier, Fábio Wanderley, Antônio Cintra, Vilmar Faria são alguns dos mineiros que polemizaram publicamente com os paulistas. Treinados no método de análise empírica, a partir da FLACSO, além de realizarem suas formações acadêmicas no mesmo padrão profissional dos paulistas (Arruda, 1989), eles defendem o método funcionalista de análise e a sociologia empírica.

Wanderley Reis (1966) confere "nome aos bois", para não restar dúvida sobre a quem se dirigiam tais críticas:

dirigem-se especialmente a uma corrente do trabalho sociológico em nosso país que ganhou nitidez, principalmente através da atividade de destacadas figuras, ligadas à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, incluindo nomes como os de Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Francisco Weffort e o próprio Giannotti, que, sendo filósofo, não é menos representativo do ambiente intelectual que ali se criou. (1966, p.298)

Para os intelectuais mineiros, a proposição da dialética era uma reiteração indefinida de "princípios gerais", subordinando o trabalho empírico ao momento da "totalização dialética". Isso acarretava que "os dados empíricos" eram tratados como empecilho, em relação aos quais o único problema seria "desembaraçar-se logo deles", incorporando-os à explicação totalizante e mostrando que "representam ilustrações e confirmações de princípios gerais" (Wanderley Reis, 1966, p.304). O distanciamento entre a pesquisa empírica e as sistematizações teóricas prejudicaria o trabalho científico. Por científicas, os mineiros consideravam as ciências empíricas e o método empírico-dedutivo, tendo como critério a aceitação de resultados da experiência, para "confirmá-los ou refutá-los de maneira controlável e comunicável" (Cintra, 1966, p.5). No nível teórico, deveria ser abandonada a pretensão de construir esquemas conceituais muito amplos, desvinculados da possibilidade de pesquisa empírica comprobatória.

A orientação científica, portanto, implicava a exigência de comprovação dos enunciados ou proposições formuladas, o que levaria o trabalho intelectual a ficar subordinado ao plano empírico, como meio de aferir a validade de uma proposição. Por outro lado, deveria existir o emprego criterioso de conhecimentos metodológicos, no plano das técnicas de tratamento e análise de dados, que permitissem "explorar" os resultados empíricos. Dessa maneira, os recortes deveriam se limitar a universos de pesquisa que, factualmente, pudessem ser constatados, exigindo abandonar as "teorias gerais" e concentrar esforços na elaboração das "teorias de alcance médio".

Ocorreria um *parti-pris* entre os intelectuais paulistas, segundo os mineiros, uma vez que eles partiam de uma idéia fechada que deveria ser comprovada na pesquisa. Um exemplo disso seria a "perspectiva do proletariado", na qual os

paulistas partiam da idéia de que esta é a classe revolucionária. Diz Cintra:

*Em nossa opinião, a maioria dos estudos e práticas sociais que tomam a referida proposição como ponto de partida ou pressuposto e não como conclusão da análise, colocam-se [como] obstáculo dificilmente removível para a compreensão do "processo histórico" da sociedade, da nossa em particular. Se o proletariado é ou não a classe revolucionária - e é preciso definir o que se entende por "revolucionário", se é o grupo que faz a revolução, ou se é o grupo cuja situação inspira outros grupos, como a **intelligentsia**, a fazerem a revolução, etc. - é antes uma questão empírica, uma proposição a comprovar que um axioma do qual partir. Do contrário, se a realidade se conforma às previsões, não decorre isso do mérito científico da teoria senão do acaso. (Cintra, 1966, p. 13)*

A polêmica colocou-se entre duas abordagens metodológicas. Na verdade, o ponto de partida para os mineiros apresentava-se numa distinção entre o que seria um caráter "científico", baseado em dados e pesquisa quantitativa, e um "pré-científico", que seria uma estagnação no ensaísmo. Nessa polêmica, no entanto, existiria um "falso dilema", segundo Ianni, uma vez que as duas tendências dominantes nem sempre seriam isoladas e antagônicas. O pensamento científico não seria um esquema rígido, como pretendiam os sociólogos vinculados à investigação exclusivamente quantificável de variáveis.

Nem sempre as conexões de sentido aparecem, fora da compreensão das ações sociais como ações de sentido. Por isso, torna-se necessário lançar mão da empatia ou da experiência vicária, para captar os conteúdos, as possibilidades de manifestações e os sentidos das ações. E que a sociologia não se reduz a uma reflexão exterior aos fenômenos sociais. Além das estruturas externas, manifestas, ela pode e precisa apreender também as estruturas internas, as vontades etc, nem sempre redutíveis a variáveis quantificadas. (Ianni, 1966, p. 162-163)

Conceitos como conexões de sentido, ações sociais, sentido das ações, como acima expressos por Ianni, indicavam que existiria algo que ultrapassava os aspectos exteriores de um fenômeno social. Mas é por demais evidenciada a influência weberiana no pensamento desse autor, como também de seus colegas. A sociologia compreensiva andava *pari-passu* com o marxismo acadêmico.

Essa polêmica estava contextualizada em um período, no qual ocorria a "institucionalização da sociologia". E o momento em que a sociologia foi solicitada a realizar determinados estudos ligados a problemas imediatos e práticos, que se vinculavam às tensões e mudanças sociais acontecendo em vários países latino-americanos. Na América Latina, a FLACSO e a LLPES visaram a preparar técnicos para organizações públicas e privadas³, a fim de que visualizassem e implementassem programas para solucionar tais situações

No Brasil, essa tendência estaria em desenvolvimento nos anos 60. Os próprios sociólogos mineiros foram rigidamente treinados no "método científico" Nesse sentido, o sociólogo tornar-se-ia técnico e seu instrumental de investigação refinar-se-ia.

E aí que reaparece de uma maneira clara e impositiva a necessidade de organizar a atividade intelectual com base na manipulação de variáveis. As exigências práticas impõem que a pesquisa se realize em período de tempo pré-determinado, atenda a recursos financeiros e humanos pré-fixados e alcance conclusões precisas e sumárias. Muitas vezes, essas conclusões devem ser suscetíveis de comparação com resultados obtidos em estudos paralelos, realizados ao mesmo tempo em outras comunidades ou nações. Tudo isso envolve a eleição de variáveis quantificáveis, como focos de observação e interpretação. (Ianni, 1966, p.170).

A preocupação de Ianni, que era delimitar as orientações científicas e definir as limitações do empirismo, expressava a

maneira de pensar essa polêmica por parte dos intelectuais d' *O Capital*. A ação humana não era passível de ser quantificada simplesmente, com o perigo de apenas apreender a investigação em sua exterioridade. Nesse sentido, os marxistas acadêmicos utilizaram-se de recursos da sociologia compreensiva, conectados ao marxismo. Se o marxismo permitia um entendimento estrutural das relações de classe e do desenvolvimento do capitalismo, o weberianismo, em especial, oferecia a possibilidade de apreensão das motivações, das orientações de sentido e das "conexões sociais", presentes nas ações humanas.

A polêmica entre mineiros e paulistas não se desfez, apenas foi limitada, em decorrência de um clima que não era mais propício para os debates, na universidade. Mas ela se impregnou nos espaços institucionais, universitários e financiadores de pesquisa, através dos "critérios científicos" de realizar pesquisa. Tanto o grupo dos intelectuais mineiros, como também os paulistas, tiveram, nessas décadas, grande projeção intelectual. Talvez até o vento tenha soprado mais para o lado dos primeiros, uma vez que a concepção de pesquisa seguiu em muito suas definições. Tomando o grupo do CEBRAP como referência, na década de 1970 verificam-se inflexões importantes na perspectiva de análise. Os trabalhos realizados por essa instituição moldaram-se nas premissas científicas, tão polemizadas por Ianni nos anos 60, em decorrência da imposição das instituições financiadoras. O trabalho quantitativo teve um papel importante. Por outro lado, ocorre também uma assimilação de intelectuais mineiros pelo CEBRAP, como no caso de Bolívar Lamounier, Vilmar Faria, entre outros.

5. AS CRÍTICAS AO MARXISMO ALTHUSSERIANO

As críticas realizadas ao filósofo francês, Louis Althusser, geralmente são agrupadas em três tópicos (Guilhon Albuquerque, 1991): a) desvitalização do marxismo, esvaziando-o de seu conteúdo histórico e de sua referência concreta à luta de classes, criando assim uma versão formalista do marxismo; b) como inspirador, na Europa (França e Itália) e no Terceiro Mundo, das esquerdas radicais, basicamente as envolvidas com o maoísmo; c) o caráter funcionalista, voltado para explicar a ordem (integração e reprodução social), mas não a mudança. Dessa maneira, ao derivar a ordem social e qualquer mudança política de arranjos pré-determinados na estrutura, o althusserianismo suprimia o papel do sujeito na história.

Como verificamos até aqui, a configuração e identidade desse grupo de intelectuais ocorreu em confronto com o estrutural-funcionalismo e a análise empírica, fundamentada na sociologia norte-americana. Decorrente dessa postura, eles estabelecem um distanciamento crítico com os teóricos do partido comunista, basicamente contra a visão nacional-desenvolvimentista. Em suas análises sociais, preocupam-se com os movimentos sociais, as lutas e o nível de consciência das classes sociais. De certa maneira, enfatizam os sujeitos nos processos sociais, um enfoque que advém da perspectiva ontológica que desenvolvem de sua abordagem marxista. Essa perspectiva possibilitou-lhes desenvolver uma crítica fundamental, ao que ficou conhecido como "althusserianismo" ou "marxismo estruturalista", que, como o estrutural-funcionalismo, abstraía as relações históricas, as conjunturas e os sujeitos sociais de suas análises.

Em artigo na revista *Teoria e Prática*, datada de 1968, Giannotti refere-se a Louis Althusser como realizador de um grande inventário do marxismo naquele período. No

entanto, na medida em que abandonara o "universal-concreto", recusara a "negação da negação" e qualquer dialética filiada ao pensamento de Hegel.

Althusser aqui vê a denúncia da confusão empirista que faz do universal parte do real; dado isto, seria necessário distinguir o processo real, o desenvolvimento objetivo da realidade, do processo de conhecer que resulta na produção de objetos diferentes dos objetos concretos. De um lado teríamos, pois, a realidade, cuja existência é independente do conhecimento, de outro, a produção do conhecimento que, como tal, se move num universo autônomo, partindo de fatos teóricos e chegando a outras teorias mais gerais, adequadas e percucientes. ... Cabe antes de tudo mostrar a compatibilidade do texto com a categoria do universal concreto. (Giannotti, 1977, p.87)

Encontram-se, nessa crítica do filósofo paulista, os principais elementos da problemática que, anteriormente, ele havia desenvolvido, na qual observara a impossibilidade de o método dialético de análise desvincular-se inteiramente da dialética hegeliana. Para Giannotti, Marx descartava o método indutivo na economia política, na medida em que lhe opunha o "concreto como síntese de múltiplas determinações", o que descartava qualquer possibilidade de conhecimento através da indução, rejeitando portanto o "perigo" do empirismo contra o qual Althusser se posicionava. Contudo, a premissa do método da economia política não propunha que o concreto fosse necessariamente individual, "como pressupõe tacitamente a análise de Althusser".

Esse questionamento de Giannotti foi importante contra as formulações estruturalistas no marxismo. Dito de outra forma, como seria possível fragmentar a "realidade concreta", de modo a criar uma produção teórica autonomizada da própria realidade que a autonomiza? "Realidade concreta", constituída de homens que agem e pensam, observa o autor.

Criticando o conceito de classe social em Poulantzas, Cardoso utilizou-se da crítica realizada por Giannotti. Para Cardoso, o estruturalismo althusseriano acreditava que formulações desenvolvidas na perspectiva ontológica levavam ao empirismo, "na medida em que a abstração é vista como um processo produzido pelo real e que a essência (os conceitos) passa a ser um momento da própria realidade". Contudo, o autor nega que essa seja a acepção dos que têm uma "leitura ontológica" d' *O Capital*. De tal maneira entendido, "como processo transcendental de fundação", o conceito ou essência cessaria de habitar o real como um de seus pedaços para tornar-se um elemento que vem animar, de maneira mais inteira e sutil, "apesar de que entre o singular e o universal fundado se tece toda uma trama de articulação que convém pesquisar" (Cardoso, 1977b, p.129). Assim, haveria uma reflexão objetiva no marxismo, porém não suporia uma separação metafísica entre teoria e prática social, entre objeto de pensamento e objeto real, ou, por outro lado, uma separação entre sujeito e objeto.

Recusando a interpretação de que o método marxista, ao construir suas categorias, retém, teoricamente, o movimento que vai do abstrato ao concreto, reproduzindo um processo de abstração do real - isto é, que ocorre na prática social como um universal (uma abstração) concreta (que se dá na história) - Althusser rejeita não só a influência da lógica de Hegel sobre Marx (a negação da negação), mas rejeita, além disso, o materialismo da doutrina marxista. A partir daí, posto que Althusser não aceita que a ordem lógica contém uma dimensão ontológica - quer dizer, produzida objetivamente pelas relações entre os homens e por eles incessantemente reproduzidas, negadas e transformadas - termina por valorizar a prática teórica, como recurso para garantir a objetividade do processo do conhecimento. Entretanto, um exemplo desse universal, que se coloca abstratamente no nível da prática humana, se encontra, entre outras análises, no estudo do fetichismo, no livro primeiro do Capital: relações prévias entre os homens são

projetadas para as coisas que passam a relacionar-se formalmente. (Cardoso, 1977b, p.138)

Nesse enfoque, as classes sociais, como categoria de análise em Poulantzas, tenderiam a se deslocar do histórico-concreto, ganhando autonomia enquanto conceito. De tal maneira seria essa separação que levaria à sua indeterminação, servindo para tudo e para nada, encaixando-se em qualquer formação social. Seria dessa maneira que Poulantzas poderia considerar classes, frações de classe, e também separar as instâncias política, econômica e ideológica.

6. IMPASSES E DESLOCAMENTO DO PARADIGMA INICIAL

Como vimos até aqui, mesmo combatendo o estruturalismo funcionalista e marxista, os intelectuais paulistas nortearam-se por uma análise estrutural (e histórica). Esse tipo de abordagem foi perdendo seu fôlego, na década de 1970. Weffort sinaliza, já nos anos 70, a necessidade de descartar as análises estruturais, ao propor uma outra concepção de classes sociais. Para ele, a sociologia latino-americana moveu-se dentro do parâmetro funcionalista e marxista. Suas dimensões teóricas foram tomadas em uma perspectiva macro-estrutural, nas quais se encontraram as teorias da modernização e do desenvolvimento capitalista. O debate sobre a crise oligárquica e a esperança na ação planejadora do Estado sobre a economia e a sociedade contribuíram para reforçar a perspectiva estrutural. Os marxistas latino-americanos tomaram a situação de classe em uma perspectiva econômico-estrutural, ficando prejudicada a dimensão histórica, voluntária e totalizante dos movimentos sociais. Tratar-se-ia de diminuir a importância da análise estrutural e tomá-la principalmente em um sentido histórico.

Se o exame das condições estruturais parece suficiente no plano intelectual, os problemas específicos

colocados pelos movimentos sociais tendem a ser relegados a uma posição muito secundária, e a política tende a ser vista menos como um problema de análise que como um puro ato de vontade. (Weffort, 1977, p.90)

Esse pensamento expressa, em sua posição, um deslocamento, que ocorreu nos anos 70, na perspectiva de análise em diversos membros do extinto grupo d' *O Capital*, especialmente em Weffort e Cardoso. Vai-se rompendo com a abordagem histórico-estrutural, e enfatizando-se a análise das condições concretas dos movimentos sociais. Na abordagem desses intelectuais, o impasse encontrava-se entre a tradição em uma análise histórico-estrutural e a insuficiência dessa perspectiva para analisar temas eminentemente institucionais, como democracia, partidos políticos, eleições, regime político e sociedade civil.

Na introdução do seu livro *Modelo político brasileiro e outros estudos* (1972), Cardoso adverte que os ensaios presentes nessa coletânea procuravam mostrar a existência de uma "certa autonomia" nos processos políticos, diante dos "condicionamentos estruturais". Embora mantendo sua visão sobre a dependência, elaborada nos anos 60, considerava que o conhecimento da vida política não podia estar encerrado nas explicações estruturais. A análise das conjunturas políticas e de fatos particulares apresentam-se como "substantivação" das condições estruturais e, através daquelas, poder-se-iam compreender as alternativas selecionadas pelos grupos, classes e indivíduos, para recriarem a história ou transformarem as próprias estruturas.

Essa tensão entre os aspectos estruturais e políticos encontravam-se em Cardoso, no início dos anos 70, quando ele procurava evidenciar que o processo político possuía certa autonomia, diante do condicionamento estrutural, pois a "análise das conjunturas políticas é necessária para entender como, na luta social (econômica e política), são

selecionadas alternativas pelos grupos, classes e indivíduos, que, de modo determinado, reciam a história" (Cardoso, 1972, p.6). Mas ainda existia um esforço em vão, para caracterizar a melhor forma de compreender as classes sociais. Esforço desnecessário, uma vez que ele se fixava somente em uma perspectiva teórico-metodológica, sem encaminhá-la para as análises concretas da sociedade.

não é possível estabelecer, antes da análise, "modelos" que classifiquem e dêem a ilusão de permitir deduzir os atributos das várias classes sociais. Essa impossibilidade, que está no cerne mesmo de um estilo de análise concreta, no sentido marxista, parece aos menos desavisados como falta de rigor. Por "rigor", nesse caso, entende-se a abordagem formalista. De fato, o rigor que se busca é de outro tipo e decorre da articulação entre várias relações parciais num todo hierarquizado e na construção dos conceitos capazes de exprimir esse processo. Mas esses conceitos não podem ser deduzidos de paradigmas prévios que combinem variáveis, ou características gerais e comuns a todas as situações de classe. Mesmo que se pretenda constituir esses conceitos a partir, por exemplo, da análise lógica das características das diversas formas de produção capitalista ... o procedimento é formal e não apreende o principal da análise marxista: a relação entre particular e geral num todo determinado. Esta não pode ser feita ... senão por intermédio da reconstituição do processo histórico-estrutural das sociedades sob análise. (Cardoso, 1975, p. 124-125)

Essa abordagem foi sistematicamente abandonada, na medida em que ele foi centrando suas preocupações em torno do espaço público, da sociedade civil e dos movimentos sociais. Sua postura teórico-metodológica sobre as classes sociais, desse modo, não insidiam sobre suas análises políticas. Ocorreu um distanciamento, portanto, nessa reflexão. O Estado passa a tomar uma relevância em termos de espaço de contradição, espaço de instituição do político, que não ocorrera anteriormente, quando ele e

seus colegas verificavam, tão somente, a perspectiva estatal pela ótica do desenvolvimento.

Em 1981, Cardoso publica o artigo "Regime político e mudanças sociais" (*Cultura e Política*, n.3, nov/jan. 1981) que traz todos os sinais de sua mudança metodológica. Esse texto refere-se aos problemas do regime político brasileiro mas, como preâmbulo, ele realiza uma importante reflexão metodológica. No pensamento social contemporâneo, para ele, desfez-se a concepção teórica unitária. Os "grandes sistemas" tornaram-se ineficazes para apreender as conjunturas emergenciais e explicar a dinâmica dos processos históricos. Se a tradição "estrutural-funcionalista" se encontrava em xeque, menos não ocorria com a tradição marxista, especialmente hegeliano-marxista. Muitas dúvidas estariam existindo, por exemplo, sobre a dinâmica revolucionária das classes e o encadeamento entre classes, partido e Estado. Até que ponto sustentar-se-ia a filosofia da história que vê, na luta de classes e especificamente no papel do proletariado, o motor da revolução que superaria todas as formas de dominação de classe? Essa indagação em momento algum teve grande relevância em Cardoso, o mesmo não se podendo dizer da abordagem "hegeliano-marxista", através do método dialético de análise. O intelectual queria afastar-se de categorias como totalidade, contradição, negação da negação.

Essa "crise do marxismo" não se resolveria simplesmente deslocando a temática do Estado, da separação burguesa entre política e sociedade e do caráter totalitário da concepção de partido, para outra temática, que se referia à politização geral da sociedade e à importância política dos movimentos sociais. Desse deslocamento surgiriam as explicações da "crise de hegemonia", que não partiam das visões mecanicistas, tampouco deixariam para trás os condicionamentos estruturais de dominação de classe.

Essa maneira de analisar o capitalismo contemporâneo não foi compartilhada por Ianni. Em cada momento, em cada situação teórica e concreta, abria-se um enorme distanciamento entre Ianni e Cardoso. Em seu ensaio *Dialética & Capitalismo* (1982), Ianni realiza uma interpretação das obras principais de Marx, enfocando o fetichismo da mercadoria, a alienação, as contradições de classe, o Estado e as classes sociais, e a classe operária e sua revolução. Embora fosse um ensaio em que o autor procurava retomar pontos importantes do pensamento de Marx, é em torno dessa concepção que ele enfocou e analisou, por exemplo, os movimentos sociais, as greves do ABC, o Estado, no final dos anos 70 e início de 80.

O momento teórico-prático primordial da condição operária é a produção da mais-valia. O proletariado se produz a si mesmo no processo de produção da mais-valia. Nesse processo, produz tanto as relações de alienação, que afirmam a sua condição operária, como as relações de antagonismo, que a negam. No momento da produção da mais-valia, pois, o proletariado e a burguesia constituem-se como classes reciprocamente alienadas e antagônicas. No processo de produção da mais-valia, ao mesmo tempo em que a burguesia luta para preservar a alienação do proletariado, este se organiza e luta para romper essa situação. (Ianni, 1982, p. 79-80)

O privilégio do proletariado estaria no fato de que ele é proprietário do trabalho vivo, o trabalho que cria valor, sobre o qual repousa o poder da burguesia. Ao tomar consciência de sua situação, o proletariado iniciava a sua revolução, transformando-se em classe social para-si, deixando de ser classe-em-si, dispersa nas relações de produção, organizadas pela burguesia. Mantinha-se, portanto, a perspectiva teórico-metodológica, originada no grupo d' *O Capital*. A perspectiva analítica do autor, talvez a única entre os intelectuais analisados, manteve em seu horizonte uma perspectiva revolucionária, de ruptura com a ordem burguesa.

Para que possa pôr em prática a sua condição revolucionária, no entanto, a classe operária precisa apropriar-se da teoria da revolução socialista e organizar-se num partido político operário, independente dos partidos das outras classes sociais. ... O partido não é apenas o instrumento de luta, mas também o ambiente no qual eles podem elaborar e reelaborar as suas experiências reais de vida. E no partido que se socializa a experiência dos operários, enquanto classe social. (Ianni, 1982, p.81-82)

Em sua reflexão sobre o capitalismo contemporâneo, Giannotti (1984) demonstra sua afinidade com Cardoso e subrepticamente, uma radical oposição à linha interpretativa de Ianni. Giannotti considerava que o capitalismo havia se redefinido radicalmente, por meio da clivagem do mercado da força do trabalho e com a monopolização, pelo Estado, da capacidade de gerar tecnologia. Esse novo quadro impossibilitava uma produtividade média do trabalho e, dessa maneira, de uma única taxa de mais-valia. O valor teria deixado de ser a medida implícita para medir a exploração do trabalho, sendo que essa exploração emergia com um caráter eminentemente político, pois o Estado havia se impregnado inteiramente nas relações sociais, como legislador e como investidor. Dessa maneira, o capitalismo contemporâneo mostrava-se como um grande arcabouço do Estado em associação com determinadas empresas, que retiram dos trabalhadores a medida do seu trabalho. Seria por essa via que ocorreria a pulverização das classes sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como verificamos nesse artigo, ocorreu um distanciamento teórico-metodológico, em relação aos pressupostos apresentados no projeto inicial dos marxistas acadêmicos. No entanto, esse deslocamento esteve longe de uma simples ruptura com o universo teórico anterior, pois se realizou em meio a uma

intrincada relação com as novas problemáticas que se configuraram no país, a partir do momento em que se afirmou o capitalismo. Por dentro de um novo quadro econômico, social e político, os intelectuais paulistas realizaram um percurso analítico que, na década de 1970, enfatizou a sociedade civil, a democracia e os movimentos sociais, secundarizando gradativamente suas análises, que enfocaram principalmente o desenvolvimento econômico, a industrialização, as classes sociais e o Estado. O que se deve indagar sobre esse deslocamento é se a assimilação de novos temas ocorreram (ou não) em meio ao paradigma que construíram ainda na década de 1970.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, P. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ARRUDA, M.A.N. "A modernidade possível: cientistas e Ciências Sociais em Minas Gerais". In: MICELI, S. (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/Ed. Revista dos Tribunais/IDESP, v.1, 1989.
- CARDOSO, F.H. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. [led. 1962]
- _____. "Althusserianismo ou marxismo? A propósito do conceito de classes em Poulantzas". In: ZENTENO, R.B. (Coord.). *As classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977b.
- _____. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. 2ed. São Paulo: DIFEL, 1972. [led. 1964]
- _____. *Modelo político brasileiro e outros ensaios*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1972b.
- CINTRA, O.A. "Sociologia e ciência. Para uma revisão da sociologia no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.4, n. 1, p.3-49. 1966.
- GIANNOTTI, J.A. "Notas para uma análise metodológica de O Capital" *Revista Brasiliense*. n.29, p.60-72, maio/junho 1960.
- _____. *Origens da dialética do trabalho*. São Paulo: DIFEL, 1966. 256p.
- _____. "Contra Althusser". In: _____. *Exercícios de filosofia*. 2ed. São Paulo: CEBRAP/Brasiliense. 1977, p.85-102. (CEBRAR2). [Publicado em Teoria e Prática, n.3, 1968].
- _____. "Acabou o capitalismo, é a barbárie?" *Presença*, n.3, p.37-52, maio 1984.
- IANNI, O. *Metamorfose do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*. São Paulo DIFEL, 1962.
- _____. *Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. 270 p.
- _____. "Sociologia da sociologia". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.1, v.4, p. 155-182, 1966.
- _____. *O ABC da classe operária*. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- _____. *Dialética & Capitalismo: ensaio sobre o pensamento de Marx*. Petrópolis:Vozes, 1982.
- MILLS, C.W. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965. 245p.
- SINGER P. *Desenvolvimento e crise*. São Paulo: DIFEL, 1968. 181p.
- WEFFORT, F.C "Raízes sociais do populismo em São Paulo". *Revista Civilização Brasileira*, n.2, p.39-60, maio de 1965.
- _____. "As classes sociais". In: ZENTENO, RB (coord). *As classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p.81-89.

¹ No artigo, o filósofo lembra dos que se reuniam naqueles seminários d' *O capital*. Ruth Cardoso, Fernando A. Novais, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Michel Löwy, Octávio Ianni e Paul Singer. Quando os acadêmicos mineiros criticam esse grupo, vão estar dirigindo suas críticas nominalmente a Cardoso, Ianni, Weffort e ao próprio Giannotti. Esse item está abordado no presente artigo.

² Entre os trabalhos que se encontram na perspectiva estrutural-funcionalista, podemos citar: "O negro no Rio de Janeiro - Relações de raças numa sociedade em mudança" (1953) e "Sociologia & Desenvolvimento" (1963), de Costa Pinto; "A função social da guerra na sociedade tupinambá" (1952), "Branços e negros em São Paulo" (1959) e "Mudanças sociais no Brasil" (1960), de Florestan Fernandes. Também um sociólogo argentino, Gino Germani, teve uma grande projeção na América Latina, inclusive no Brasil, com essa abordagem, através de trabalhos como "Política e sociedade numa época de transição" (1966), "Sociologia da modernização" (1969), entre outros.

³ No programa da ILPES, encontrava-se o seguinte: "Criar o Instituto Latinoamericano de Planificação Econômica e Social,

que terá a seu cargo proporcionar a solicitação dos governos respectivos, serviços de capacitação e assessoramento nos países e territórios situados no raio de ação geográfico da Comissão, e realizar investigações sobre técnicas de planificação, de acordo com os objetivos e funções seguintes: a) Ampliar os conhecimentos técnicos dos funcionários e especialistas do setor público, mediante programas de capacitação em cursos e adestramento direto no serviço; b) Ajudar os governos a estabelecer a organização institucional e técnica requerida para levar a cabo mais eficazmente a programação de sua política de desenvolvimento econômico e social; c) Assistir os governos, em um plano puramente técnico, na preparação de seus programas de desenvolvimento econômico e social; d) Levar a cabo os estudos teóricos necessários para o melhoramento das técnicas de planificação que se empregam na América Latina." (In Ianni, 1966, p.168-9)